

A riqueza Sociolinguística e Cultural dos Povos indígenas de Rondônia

Andréia Maria Pereira (UNIR)¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo abordar sobre a diversidade sociolinguística do estado de Rondônia, o qual abriga várias sociedades indígenas, vivendo situações diversificadas: povos com vários anos de contato com a sociedade não indígena; outros ainda não contatados; povos que moram em aldeias; outros que moram em periferias de cidades; povos com seu território tradicional demarcado; outros sem território. Todas essas peculiaridades conferem ao estado características pluriculturais e multilinguísticas. Ressaltamos, que apesar de muitas línguas indígenas terem sido extintas ao longo do processo de colonização de Rondônia, as sobreviventes representam uma enorme riqueza sociolinguística no estado e no país.

PALAVRAS CHAVES: diversidade sociolinguística, cultura, línguas indígenas.

ABSTRACT: This paper presents as main objective talking about the sociolinguistics diversity of Rondonia, Brazil, where many indigenous communities live in a diversified situation. There are groups that during so many years live in direct contact with non-indigenous societies; there are groups that live in Indian settlement; other that live in the city, those whose land are demarcated and those that don't have demarcated land at all. All these peculiarities guarantee to the State of Rondonia a pluricultural and multilingual characteristics. Although many indigenous language have been extinguished during the process of colonization that ones that still exist are huge sociolinguistics richness for Rondonia and all the country.

KEY WORDS: Sociolinguistics diversity, culture, indigenous language.

1.Introdução

Nosso objetivo nessa comunicação é discutir sobre a diversidade sociolinguística dos povos indígenas do estado de Rondônia, localizado na região norte do país, bem como destacar a importância da implantação de uma política nacional de valorização da língua materna. Para tanto recorreremos a autores e pesquisadores que discutem sobre o assunto. Algumas informações aqui apresentadas foram coletadas durante nossas visitas realizadas a algumas comunidades indígenas: Kassupá, Kaxarari, Oro Mon, Oro Waram e Oro Waram Xijein nos anos de 2010 e 2011.

2. Diversidade Cultural e Sociolinguística em Rondônia

O estado de Rondônia está localizado na região norte do país, abriga aproximadamente 36 povos indígenas, apresentando diferentes realidades sociolinguísticas. A maioria dessas sociedades indígenas são formadas por pequenas comunidades, as quais vivem situações diversificadas: povos com vários anos de contato com a sociedade não indígena e outros ainda não contatados, vivendo livres em seus territórios tradicionais; povos que moram em aldeias e outros que moram em periferias de cidades; povos com seu território tradicional demarcado e outros sem território, ou vivendo em território de outros povos, CIMI (2002).

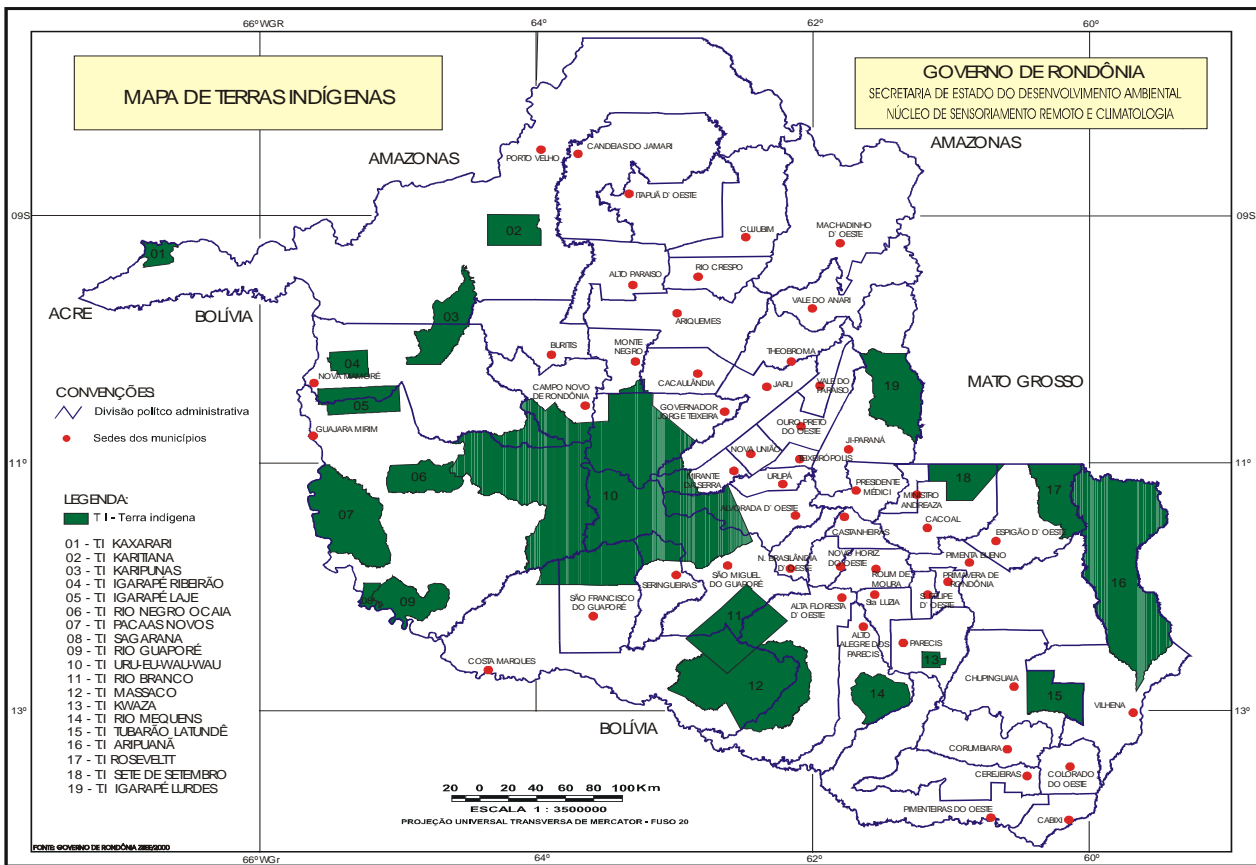
Segundo a FUNAI (2010) os povos indígenas de Rondônia habitam 19 Terras Indígenas. Vale ressaltar que essas terras demarcadas são ocupadas por comunidades indígenas que foram contatadas pelo homem não indígena. Segundo, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI ainda existem no estado vários povos isolados, ou seja, grupos indígenas que vivem de forma autônoma, sem manter contato com a sociedade nacional. A maioria dos povos indígenas, como já falado anteriormente, perdeu boa parte ou totalidade de seu território tradicional. Vários povos foram levados pelo Sistema de Proteção ao Índio (SPI) para outros territórios, onde convivem com outros povos, o que contribui para perdas de muitas características culturais e linguísticas (OLIVEIRA & FREIRE, 2006). Nos últimos anos, vários povos de

¹ E-mail: floresdeandrea@hotmail.com

Rondônia têm reivindicado junto a Fundação Nacional do Índio – FUNAI a demarcação ou a ampliação de seus territórios tradicionais (CIMI, 2009).

Entendemos, portanto, que estas iniciativas demonstram a resistência e a recuperação da auto-estima desses povos indígenas. O mapa a seguir mostra as terras indígenas localizadas em Rondônia.

Mapa das Terras Indígenas do estado de Rondônia



Fonte: SEDAM, 2003. Atlas.

A terra é um fator fundamental de resistência dos povos indígenas. Território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de bem material ou lugar de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. O território garante a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva. Deste modo, para Baniwa (2006, p. 101):

Podemos definir terra como o espaço geográfico que compões o território, onde este é entendido como um espaço do cosmos, mais abrangente e completo. Para os povos indígenas, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que neles habitam. No território, uma montanha não é somente uma montanha, ela tem significado e importância cosmológica sagrada. Terra e território para os índios não significa apenas o espaço físico e geográfico, mas sim toda a simbologia cosmológica que carrega como espaço primordial do mundo humano e do mundo dos deuses que povoam a natureza.

É importante lembrar que, diante da importância dada pelos povos indígenas à terra, fica claro que as questões relativas às terras indígenas são um dos fatores determinantes para compreender a realidade sociocultural dos povos que nelas vivem. Visto que para eles suas manifestações culturais, tradições e relações familiares e sociais estão intrinsecamente ligadas a terra.

Hilton (2001 *apud* ISIDORO 2006) afirma “que a perda das línguas indígenas está intrinsecamente ligada à usurpação das suas terras, à destruição do seu *habitat* e à assimilação involuntária dos costumes da sociedade não indígena”.

A realidade apontada pelo autor é fato vivenciado pelos povos indígenas de Rondônia, pois a maioria destes povos foram expulsos de suas terras tradicionais, durante a ocupação do estado pelos colonizadores que chegaram de diferentes regiões do país, ou então tiveram suas terras extremamente reduzidas (TEIXEIRA & FONSECA, 2001).

Apesar de muitas línguas e povos indígenas terem sido extintos ao longo da colonização deste estado, atualmente Rondônia possui uma população de mais de 6.000 indígenas, distribuídos em aproximadamente 36 povos distintos, falando em torno de 23 línguas diferentes (FUNAI, 2010).

Embora existam várias línguas indígenas no estado é importante lembrar que muitas estão ameaçadas de extinção, devido ao número reduzido de falantes, baixa transmissão às novas gerações e poucos velhos que as dominem, o que segundo Monserrat (2006), são os principais fatores que contribuem para o enfraquecimento e conseqüentemente para o desaparecimento de uma determinada língua. No entanto, é imprescindível registrar que apesar da drástica redução das línguas indígenas faladas no estado de Rondônia, as sobreviventes representam uma enorme riqueza cultural no estado e no país, portanto merece uma atenção especial.

A língua da maioria dos povos indígenas que vivem em Rondônia pertence ao maior e mais bem conhecido tronco linguístico, que é o "Tupi".

Segundo as teorias Sociolinguísticas, especialmente as que tratam da linguagem, a diversidade linguística é extremamente relevante para a diversidade cultural. Concordamos com Baniwa (2006) quando argumenta que: "O indivíduo que conhece sua língua e sua cultura também se desenvolve melhor como pessoa, cidadão e como membro de uma coletividade [...]"

As realidades sociolinguísticas dos povos indígenas de Rondônia são bem distintas, conforme levantamento sociolinguístico realizado em 2004, em quase todas as aldeias do estado, pela equipe de educação escolar indígena da Secretaria Estadual de Educação - SEDUC, como uma ação do Projeto Açáí. Este projeto foi desenvolvido para formar professores indígenas para atuarem em suas comunidades.

O referido estudo foi orientado por Pimentel da Silva (UFG). Fez parte também desse trabalho a equipe de professores ministrantes do Projeto Açáí de várias instituições, tais como, UFG, UNIR, UERJ, SEDUC, entre outras. A situação sociolinguística dos povos indígenas de Rondônia é bastante diversa. São vários os fatores que contribuem para esta diversidade e para que se possa compreender um pouco esta realidade é necessário investigar dados da história destes povos, procurando entender as mudanças sofridas ao longo de suas vidas (ISIDORO, 2006).

No que se refere à história dos povos indígenas e o período de colonização do estado de Rondônia, podemos perceber ao consultar algumas bibliografias e também ao ouvir relatos de indígenas idosos, o quanto estes povos sofreram e lutaram pela sobrevivência de suas comunidades, neste estado (MINDLIN, 1985).

Teixeira & Fonseca (2001) destaca que, as conseqüências dos primeiros contatos com os não indígenas se perpetuam até os dias atuais, contatos estes que não foram nada pacíficos. A chegada dos colonizadores em busca dos seringais, do ouro, das terras para a agricultura e pecuária, de madeiras de lei e minérios em Rondônia desencadeou a dizimação de muitos povos indígenas.

Esse processo de exploração provocou uma enorme desintegração social e desvalorização linguística e cultural dos povos indígenas. Para Ribeiro, (1995) a perda do território tradicional é uma catástrofe na vida de qualquer povo indígena. Sendo assim, podemos afirmar que a perda do território tradicional contribui para a desintegração dos povos indígenas.

O relato a seguir em que Pimentel da Silva (*apud* ISIDORO 2006, p.57) escreve sobre o povo Jabuti, que vive na Região de Guajará-Mirim – RO, demonstra a forma brutal de como foi o processo de contato com os povos indígenas neste estado:

Atualmente, os Jabuti vivem em três aldeias: Baía da Coca, Baía das Onças e Ricardo Franco, todas localizadas na Terra Indígena Guaporé, no município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia. Antes de ali habitarem, viviam na região do Rio Branco, território tradicional desse povo, também situado em Rondônia. Foi neste local que, na década de 1970, os seringueiros os encontraram e fizeram deles seus escravos. Esse foi um período muito triste para esses indígenas que se viram, de repente, aprisionados em seu próprio território, sob o julgo de uma cultura estranha e obrigados a falar uma língua que não dominavam, ou seja, a língua portuguesa. Todos esses fatos contribuíram com a degradação de seus valores culturais e ocasionaram uma baixa auto-estima.

A triste experiência, citada foi vivenciada por vários outros povos indígenas de Rondônia. E as conseqüências são as mesmas, o apagamento de seus valores étnicos, culturais, linguísticos e a baixa auto-estima.

É importante dizer que, diante da diversidade étnica, existente em algumas áreas indígenas, a Língua Portuguesa passa a ser a língua de comunicação entre os povos que ali convivem, para D'angelis (2005), esta situação configura uma grande ameaça para as línguas indígenas, ou seja, esta situação provoca o enfraquecimento das línguas maternas, pois uma língua que não é utilizada está fadada ao desaparecimento.

As discriminações sofridas pelos povos indígenas deixaram marcas profundas. Muitos indígenas acreditam que a Língua Portuguesa é mais importante que sua língua materna, por isso deixam de ensinar aos seus filhos.

Franchetto (2002) destaca que não existem línguas inferiores, pobres, incipientes ou ineficazes. O que existe, na realidade são línguas oprimidas, discriminadas, como foram e ainda são as línguas indígenas, e que por isso, a autora defende o desmantelamento desses preconceitos, através de discussões sociolinguísticas que os desmistifiquem para os povos indígenas.

Há comunidades que querem que seus filhos estudem com professores não indígenas, pois acreditam que estes são melhores que os indígenas, porque falam português. Na verdade, sentem-se inferiores com relação à língua e a cultura dominante, (RCNEI, 2002). Com isso, acabam não ensinando as crianças e aos jovens suas músicas, seus rituais e seus mitos, provocando, assim, grandes prejuízos culturais. Para Isidoro (2006, p. 58) “felizmente, a atitude negativa desses indígenas em relação a sua língua não é unânime. A atitude linguística pode diferir de sociedade para sociedade e entre membros de uma mesma comunidade”.

Nesta perspectiva, é possível concordar com a autora, pois assim como encontramos entre os indígenas aqueles que pensam que sua língua materna é inferior, dispensável, inútil, há também aqueles que têm orgulho de sua identidade étnica, acreditam que sua língua é importante para a produção do saber tradicional e na aquisição de novos conhecimentos, compreendem, inclusive, que a língua do seu povo é um patrimônio histórico e cultural (RIBEIRO, 1995). Diante disso, vale lembrar que o Projeto Açaí, além de dar visibilidade a diversidade linguística existente em Rondônia, proporcionou aos professores indígenas um olhar de valorização da língua materna falada pelo seu povo.

Segundo relatórios do levantamento Sociolinguístico de Rondônia (Projeto Açaí, 2004), na terra indígena Rio Branco há uma grande diversidade étnica. Devido à variedade de povos existentes na mesma, o que contribuiu para o acontecimento dos casamentos interétnicos, como por exemplo: Kampé, Makurap, Arikapú, Djerometxi casados com Tupari. Estes casamentos contribuem para que a língua de comunicação entre essas comunidades seja a língua portuguesa, pois aos povos que perderam suas línguas maternas só restou a língua portuguesa.

É importante destacar ainda que, além das realidades aqui mencionadas, existem, no estado de Rondônia, outras diferentes situações sociolinguísticas, principalmente no que se refere à composição das comunidades indígenas. Os povos que vivem em suas terras tradicionais, ou em parte dela são considerados privilegiados, pois a ocupação de seu território tradicional favorece a utilização e a conservação de seus costumes, tradições, línguas e a transmissão destes conhecimentos as crianças e aos jovens de suas comunidades. Sendo assim, entendemos que as línguas indígenas de Rondônia e dos demais estados que compõem o Brasil, necessitam de uma política de valorização nacional, ou seja, dentro das comunidades indígenas e na sociedade não indígena.

3. Política de valorização da língua materna

O Brasil é um país onde se falam muitas línguas diferentes, devido à existência e convivência de diferentes povos e culturas. É bom lembrar que nenhuma dessas línguas pode ser classificada como melhor ou pior, superior ou inferior num país onde a diversidade linguística é tão marcante. Neste sentido, Soares (2008, p. 39) afirma:

que não há línguas mais complexas ou mais simples, mais lógicas ou menos lógicas: todas elas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem, e igualmente válidas como instrumentos de comunicação social.

Apesar de o português ser a língua oficial, há pelo menos 200 outras línguas, divididas em dois grupos: as línguas indígenas, faladas aqui por vários milênios, e as línguas alienígenas, introduzidas a partir da colonização portuguesa e que se estabeleceram no país há mais de 500 anos (TEIXEIRA, 1995).

Muitas pessoas se surpreendem quando ouvem falar no grande número de línguas indígenas existentes no Brasil. Isso acontece por falta de conhecimento sobre a diversidade étnica, cultural e linguística dos povos indígenas do nosso país. A respeito, vale citar o que menciona, o RCNEI (2002, p. 115):

Isto acontece porque, com frequência, encontramos na imprensa e nos livros didáticos uma informação errada: “os índios falam tupi (ou tupi-guarani)”. Mas, assim como não há um índio genérico, e sim muitos povos ou etnias indígenas distintas, não há apenas uma língua indígena.

Segundo a FUNAI (2010), algumas línguas indígenas não são mais faladas, porém ficaram registros de grupos de vocábulos e informações esparsas, que nem sempre permitem aos linguistas suficiente conhecimento para classificá-las em alguma família.

A diversidade linguística deve ser divulgada na sociedade indígena e não indígenas, pois até mesmo entre os povos indígenas encontra-se desconhecimento sobre a inigualável, diversidade linguística e cultural existentes no Brasil. Isto fica evidente na fala de Isidoro (2006, p. 61), “em conversa informal em

uma das etapas do Projeto Açaí, o professor Jabuti disse-nos: Eu não sabia que minha língua e minha cultura eram importantes, porque sempre foram desprezadas e desvalorizadas pelos brancos”. Franchetto (2002) ressalta que, é possível encontrar indígenas que falam unicamente sua língua, desconhecendo a língua portuguesa. Porém, muitos falam o português como sua segunda língua.

É importante entender que mesmo diante de tamanha diversidade, algumas pessoas pensam inclusive que índio é tudo igual, ou seja, não compreendem que existem povos diferentes que falam diferentes línguas, que possuem diferentes culturas. Rodrigues (*apud* OLIVEIRA, 2006, p. 66) destaca que:

Os índios do Brasil não são um povo: são muitos povos, diferentes de nós e diferentes entre si. Cada qual tem usos e costumes próprios, com habilidades tecnológicas, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social e filosofias peculiares, resultados de experiências de vida acumuladas e desenvolvidas em milhares de anos. E distinguem também de nós e entre si por falarem diferentes línguas.

Vale ressaltar, que em uma mesma comunidade linguística coexistem usos diferentes, não existindo um padrão de linguagem que possa ser considerado superior. As pessoas não falam do mesmo modo e até uma mesma pessoa não fala sempre da mesma maneira. Sendo assim, até mesmo a universalidade do pensamento é expressa de maneiras distintas e específicas em cada língua (LEITE, 2008).

Franchetto registrou no site (Povos Indígenas do Brasil – Socio ambiental, 2010) que, existiam no Brasil, antes do processo de colonização aproximadamente 1.200 línguas indígenas. Destas, aproximadamente 180 ainda são falas hoje, mas dentre elas algumas estão ameaçadas de extinção em curto prazo, devido número reduzido de falantes e falta de transmissão às novas gerações. Teixeira (1995, p. 310) ressalta que “com relação às línguas, sabe-se hoje que quando elas deixam de ser faladas pelas crianças como primeira língua é um pouco como os animais e as plantas que perdem sua capacidade de reprodução”.

Apesar da grande redução das línguas indígenas faladas, o Brasil possui uma diversidade linguística fantástica, que constitui uma enorme riqueza cultural para o país, a qual deve ser valorizada e defendida frente aos preconceitos e à extinção. Portanto, não podemos esquecer a diversidade de situações e ameaças que existem sobre o futuro das línguas e dos povos indígenas do Brasil. Observe-se o quadro a seguir:

Povo	População Estimada	Língua	Estado
Juma	5	Tupi-Guarani	AM
Akuntsu	6	Tupari	RO
Aruá	92	Mondé	RO
Amanayé	87	Tupi-Guarani	PA
Xetá	86	Tupi-Guarani	PR
Avá-Canoeiro	16	Tupi-Guarani	TO/GO/MG
Aricapú	32	Jabuti	RO
Kulina	20	Pano	AM
Aranã	54	?	MG
Karipuna	21	Tupi-Guarani	RO
Kwazá	40	Koazá	RO
Galibi do Oiapoque	28	Karib	AP

Diarroi	50	Tupi-Guarani	AM
Jiahui	88	Tupi-Guarani	AM
Oro Win	56	Txapakura	RO
Kanoê	95	Kanoe	RO
Banawá	101	Arawá	AM
Korubo	26	Pano	AM
Krahô-Kanela	83	Jê	TO
Kujubim	55	Txapacura	RO
Matipu	103	Karib	MT
Murity-Tapuya	75	Tukano	AM
Naruvotu	81	Karib	MT
Ofaié	61	Ofayé	MS
Puruborá	62	?	RO
Sakurabiat	84	Tupari	RO
Tapayuna	58	Jê	MT
Turiwara	60	?	PA
Uru-Eu-Wau-Wau	100	Tupi-Guarani	RO

Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>

O quadro anterior mostra dados importantes sobre tais ameaças, devido o número reduzido de pessoas que compõem estes povos, a extinção étnica é quase uma certeza e conseqüentemente, as línguas ou dialetos falados por eles também (FRANCHETTO, 2010). Sendo assim, uma política de valorização das línguas indígenas devem prioritariamente garantir a sobrevivência dos povos que as falam.

O desaparecimento de línguas indígenas, trás prejuízo a diversidade cultural da nação. A diversidade linguística significa não só variedades de línguas, mas de desenvolvimento histórico dos povos, das relações entre si e com a natureza. A língua é um instrumento de produção e reprodução de conhecimentos, valores étnicos e identitários (D'Angelis, 2005). É inegável a importância da língua para os povos indígenas. Por isso, é indispensável à implementação de uma política de enfrentamento desta questão, tanto entre os povos indígenas, como na sociedade não indígena. Monserrat (2006, p. 149) destaca que:

Para que haja a possibilidade de manutenção e pujança da língua indígena oral, nas condições atuais em que vivem as populações indígenas, é imprescindível que exista o desejo, a determinação e o esforço consciente das gerações indígenas adultas de continuar utilizando-as na vida cotidiana, transmitindo-as às gerações mais novas, e utilizando-as também na escola. [...] Para que seja possível a criação e o desenvolvimento da língua indígena escrita, é imprescindível que haja, como no caso da língua falada, o desejo e o esforço da comunidade dirigido à consecução desse fim. Mas, paralelamente, é indispensável também uma política oficial de elevação do *status* das línguas indígenas (aqui, não apenas no nível escrito, mas também no oral).

A preservação das línguas indígenas é importante para toda a humanidade, no entanto, os povos indígenas precisam estar à frente desta luta, pois ninguém melhor que eles para valorizar e disseminar suas línguas. Impedindo assim, o desaparecimento destas.

4. Algumas Considerações

As considerações feitas levam a concluir que as sociedades indígenas sofreram transformações sociolinguísticas bastante drásticas em suas culturas, as quais ainda se fazem presentes, atualmente na vida desses povos.

Se fizermos uma avaliação para sabermos os pontos positivos e negativos destas transformações, chegaremos a triste constatação de que as conseqüências foram terríveis, pois muitos povos foram dizimados, outros tiveram sua língua e sua cultura totalmente apagadas, seus territórios tradicionais reduzidos ou totalmente ocupados pelos não indígenas.

Faria afirma que (2010, p. 13), “os povos indígenas hoje enfrentam também os desafios, de sobreviver na terra já demarcada e proteger seus conhecimentos e patrimônio material e imaterial da ideologia capitalista da sociedade ocidental onde tudo se transforma em mercadoria, em capital”. Nesse sentido, vale ressaltar o princípio da territorialidade como condição indispensável, a sobrevivência e valorização dos povos indígenas e, conseqüentemente de suas línguas e culturas.

5. Referências

- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD/ LACED/Museu Nacional, 2006.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, **Panewa Especial**. Porto Velho: CIMI -RO, 2002.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Línguas Indígenas precisam de escritores? Como formá-los?** Campinas: MEC/Cefiel/IEL/ Unicamp, 2005.
- FARIA, Ivani Ferreira de. **Territorialidade e autonomia: Novas Tecnologias e Metodologias Para Gestão das Terras Indígenas**. In AMARAL, José Januário de Oliveira & LENADRO, Ederson Lauri (Orgs.). **Amazônia e Cenários Indígenas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- FRANCHETTO, Bruna et al. **CADERNOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - 3º GRAU INDÍGENA**. Barra do Bugres: Unemat, v. 1, n. 1, semestral, 2002.
- _____. **O Trabalho dos Linguistas**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/o-trabalho-dos-linguistas>, acesso em 04 de outubro de 2010.
- FUNAI, **Etnias Indígenas do Brasil**. Disponível em <http://www.funai.gov.br/indios/conteudo.htm#>, acesso em 10 de setembro de 2010.
- ISIDORO, Edinéia Aparecida. **Situação Sociolinguística do Povo Arara: uma história de luta e resistência**. Goiás, 2006. 130 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós – Graduação em Letras, Universidade Federal de Goiás, 2006.
- LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e Intolerância na Linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MINDLIN, Betty. **Nós Paíter Os Suruí de Rondônia**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 2002.
- MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. **Política e Planejamento Lingüístico nas sociedades indígenas do Brasilhoje: o espaço e o futuro das línguas indígenas**. In GUPIONI, Luis Donizete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
- OLIVEIRA, João Pacheco de & FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: MEC/SECAD/ LACED/Museu Nacional, 2006.
- OLIVEIRA, Vanderlei Mendes de. **TURISMO, TERRITÓRIO E MODERNIDADE: Um Estudo da População Indígena Krohô, Estado do Tocantins (Amazônia Legal)**. São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós – Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.
- TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues & FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: ABG Gráfica e Editora, 2001.

TEIXEIRA, Raquel F. A. **As Línguas Indígenas no Brasil**. In LOPES DA SILVA, Aracy & GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (Orgs.). **A Temática Indígena na Escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 2008.

SOCIOAMBIENTAL, **Línguas Indígenas do Brasil**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>, acesso em 10 de outubro de 2010.